

## Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras



Daniel Pansarelli

Preocupação: essa seria a palavra que mais reflete o “espírito” dos brasileiros perante o atual contexto político. Em boa medida, há uma desconstitucionalização, salientando que a Constituição de 1988 continua vigente, mas com um status infraconstitucional.

No meio universitário, essa percepção é também parte das conversações do dia a dia. Talvez, a curto prazo a situação não se reflita tão acentuadamente, mas, no longo prazo, as previsões não são nada otimistas.

Para contribuir no debate, Expressa Extensão publica entrevista com o professor Daniel Pansarelli, pró-reitor de Extensão da Universidade do ABC, e atual vice-presidente do Forproex (Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior do Brasil).

1. Qual o panorama que se desenha atualmente para as Universidade brasileiras, especialmente para a Extensão?

O panorama atual é de profunda contradição. Depois de décadas de estagnação, o sistema federal de educação superior, laico, público e gratuito, experimentou entre 2004 e 2015 um amplo processo de expansão. Novas universidades foram criadas, novos *campi* foram abertos por universidades consolidadas e os institutos federais se ampliaram. Foi forte o processo de interiorização, e com a criação do SiSu e consolidação do sistema de cotas, as universidades se democratizaram. Hoje,

atendem a uma maioria de estudantes oriundos das classes C e D. Mas, contraditoriamente, em 2016 observamos fortes tendências de retração: cortes nos orçamentos, não disponibilização de novas vagas. O discurso do novo governo passa a indicar o possível fechamento de cursos e *campi*. O conceito que define este momento é o de contradição. No caso da extensão, o fato mais grave foi o não lançamento, até novembro de 2016, do Edital Proext, que é o único edital nacional de fomento à extensão universitária. É a primeira vez em anos que este edital não é lançado.

## *2. Qual ou quais as preocupações com esse contexto?*

O maior risco é o da descontinuidade. Ao longo de décadas, no século passado, a universidade brasileira foi elitista e excludente. Este cenário começou a mudar no início do século XXI, mas é um processo que ainda precisa ser concluído e consolidado. A clara mudança de postura do novo governo pode representar o retrocesso nesse processo de democratização. O censo feito pelo IBGE, no ano 2000, indicava que apenas 7% dos jovens em idade universitária (18 a 24 anos) estavam matriculados. Em 2010, já eram 14%. Parece claro que ainda há muito a avançar, de modo que as políticas públicas para a educação superior não deveriam ser descontinuadas.

## *3. O que há de promissor nas reformas propostas pelo governo?*

Do ponto de vista da educação superior pública, penso que é difícil identificarmos aspectos positivos. As reformas apontam contenções e restrições de recursos, enquanto o sistema ainda está se expandindo. Se é verdade que os dirigentes do Ministério da Educação têm afirmado constantemente sua abertura ao diálogo, assim como vinha ocorrendo nos governos anteriores, está clara a valorização maior do segmento privado, em detrimento do público. Por fim, a adoção de expedientes como Medidas Provisórias, em lugar de Projetos de Lei, indica o cerceamento da participação pública nas discussões sobre temas estruturantes.

## *4. Qual ou quais os problemas que elas apresentam?*

Os problemas, diversos, são basicamente de duas naturezas: a limitação do investimento na educação, por décadas, a exemplo daquilo que é instituído pela PEC 241/55, que prevê o congelamento de gastos, ou na mudança no direcionamento dos recursos do pré-sal. E, ainda, na forma impositiva e não participativa adotada, por exemplo, quando opta por fazer uma profunda reforma no Ensino Médio por meio de MP. Quanto ao congelamento de investimentos, observe: qual o sentido em congelar os recursos no momento atual, quando o país passa pelo momento final da pior crise econômica das

últimas décadas? O governo não tem poder de investimento atualmente, em função do quadro econômico, e pretende manter este grau de investimento atual, ínfimo, pelos próximos 20 anos.

##### *5. Como ficaria a Extensão Universitária?*

No segmento da educação superior, a Extensão é quem mais sofre neste cenário. Mediante a escassez de recursos, a tendência é que as universidades utilizem sua autonomia para destinar orçamento, prioritariamente, para sua infraestrutura e para a área de Ensino. A pesquisa, por sua vez, dispõe de agências de fomento nacionais e locais, que tradicionalmente custeiam a maior parte dos projetos. Por seu turno, a extensão não tem uma linha nacional de financiamento, e passa a ter reduzida a sua participação no orçamento de cada universidade.

##### *6. Quais as áreas que poderão sofrer maiores impactos?*

Infelizmente, a tendência é que as decisões do governo afetem prioritariamente as camadas socialmente mais vulneráveis da população. Seja porque deixarão de dispor de parte dos recursos destinados à assistência estudantil, seja porque não terão a disposição importantes projetos e programas de extensão, por meio dos quais as universidades dialogam com aqueles públicos cerceados da oportunidade do convívio universitário. Mas, indiretamente, o prejuízo é de todo o país.

##### *7. Em síntese, como se poderia definir o horizonte que vem sendo desenhado?*

Tudo indica que se aproximam anos de dificuldades. À comunidade universitária em geral e extensionista em particular, penso, caberá resistir à perda dos avanços sociais que se anuncia. Será importante o esforço conjunto para demonstrar à sociedade e ao governo que esta nova universidade, do século XXI, é melhor, mais democrática e inclusiva, que fora no passado. E que, para o Brasil avançar, como um projeto de país inserido no árido contexto global, é imprescindível ampliar a expansão e democratização da educação pública superior.

##### *8. Que alternativas as Universidades devem alimentar, principalmente na área da Extensão?*

A união da comunidade extensionista é sua grande força. O Forproex, que reúne os pró-reitores de todas universidades públicas brasileiras e também dos institutos federais, tem conseguido construir pautas de unidade, traçar prioridades que findam por

influenciar os governos. Sem dúvidas, a pauta principal atual é a manutenção e, em seguida, ampliação do Edital Proext. Mas também é preciso avançar na integração com a graduação, fazendo com que parte da formação dos estudantes seja feita por meio da extensão, tal como previsto no PNE. Temos recebido apoio imprescindível dos reitores, por meio da Andifes. Agora é preciso que as decisões e pautas do Forproex cheguem de maneira mais direta às comunidades de cada universidade, amplificando as vozes que defendem a extensão em particular, e a universidade laica, autônoma, pública e gratuita como um todo.